

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017



Sumário

1. Mensagem dos Administradores

2. Planejamento Estratégico

3. Governança Corporativa

4. Desempenho Operacional

5. Desempenho Financeiro

6. Demonstrações Contábeis

7. Notas Explicativas

8. Pareceres



1. Mensagem dos Administradores

Relatório da
Administração | **2017**

Somos 9.044 associados, temos um Patrimônio Líquido de R\$34,5 milhões e emprestamos R\$84,3 milhões aos nossos associados. Obtivemos R\$2,9 milhões de resultado positivo em 2017.

Todos os anos, apresentamos aos associados e à sociedade brasileira a prestação de contas dos administradores do Sicoob. Queremos, com isso, mostrar com toda transparência de dados e informações, os feitos e os resultados obtidos ao longo do exercício. O presente relatório tem este objetivo.

O ano de 2017 foi de grandes desafios em termos econômicos. A economia apresentou fracos sinais de aquecimento durante quase o ano inteiro, com sinais mais positivos apenas no final do ano. O controle da inflação foi bastante efetivo e esta atingiu o menor nível dos últimos tempos. O baixo nível de atividade econômico ajudou neste controle. O desemprego se manteve alto, apesar da pequena recuperação econômica. Por este motivo, a inadimplência continuou bastante alta. Com a inflação em baixa, o COPOM continuou o processo de redução da taxa básica de juros da economia, conhecida como SELIC, que terminou em 7% a.a. Espera-se em 2018, que a inflação fique no centro da meta de 4,5% a.a. e o COPOM sinalize que a taxa SELIC deva continuar a ser reduzida no começo do ano. A última previsão de crescimento da economia para o ano de 2017 foi de 0,91% e espera-se que em 2018 o PIB cresça 2,62%.

O ano de 2017 foi extremamente difícil para as Cooperativas Financeiras. Além da estagnação da economia brasileira, que só deu sinais de recuperação no último trimestre do ano, o Banco Central estabeleceu novas regras para o gerenciamento de risco de crédito e fez com que o nível de provisionamento para as operações de crédito aumentasse substancialmente. Esse fato causou um maior impacto principalmente naquelas cooperativas que apresentavam, anteriormente, baixo nível de provisionamento, como era o caso da nossa. Nosso provisionamento no ano foi da ordem de R\$3.7 milhões apesar do nível geral de inadimplência ter sido menor que no ano anterior, de 1,74% em média, comparado a 2016, cuja média de inadimplência geral foi 1,9%. Operações que se encontravam rigorosamente em dia, tiveram o nível de risco agravado pelas novas regras. Embora o provisionamento de per si, não ser de todo ruim, pois cria uma reserva de recursos para as operações que não forem pagas, o ajuste para essa nova forma de provisionar foi feito praticamente de uma só vez, causando um forte impacto nas sobras anuais. Além disso, o ano de 2017 foi de consolidação para duas novas agências que foram instaladas em 2016. O provisionamento maior atrasou o alcance do ponto de nivelamento das mesmas. Essas agências teriam alcançado a autossuficiência, não fosse o maior grau de provisionamento.

Em 2017, inauguramos uma nova agência no município de Alexânia, Estado de Goiás, que dista cerca de 80 km de Brasília. Alexânia é um município próspero com cerca de 55 mil habitantes, 4 agências bancárias, Outlet Premium, fábrica da Heineken, potencial turístico, pois está às margens do lago formado pela represa Corumbá IV e uma agricultura proeminente. Cortado pela BR 060 que une Brasília à Goiânia, tem um grande fluxo de veículos e pessoas. Acreditando no seu potencial, o Conselho de Administração autorizou a abertura de uma agência na cidade, que foi inaugurada em agosto.

Nossas agências fecharam o ano com 9.044 associados, um crescimento de 27% em relação ao ano anterior. Desses, 4.387 associados estão vinculados à Agência Virtual, nossa maior agência, 1.552 na Agência Embrapa, 1.783 na Agência Asa Norte, 1.073 na Agência Águas Lindas, 170 na Agência Alexânia e 79 na Agência Águas Claras, que ainda não havia sido inaugurada, mas cuja equipe já se encontrava trabalhando ativamente. Em 2018, além dessa agência em Águas Claras, será aberto um posto de atendimento na sede do Ibama (o contrato de aluguel foi assinado em dezembro de 2017). Estamos em estudo de outras áreas do Distrito Federal para abertura de novas agências. Queremos ser a maior cooperativa financeira de livre admissão do Centro Oeste, em número de associados, nos próximos 5 anos.

Nosso aplicativo digital, Sicoob AbreConta, mais tarde denominado CrediEmbrapa AbreConta foi e está sendo um sucesso absoluto na estratégia de trazer mais associados para a Cooperativa com baixo custo, pois não demandam agências físicas para serem atendidos por nossa equipe. Foram mais de 45.000 “downloads” com quase 1.000 contas abertas. Em 2018 iremos focar na divulgação do aplicativo, para obtermos um número ainda maior de novos associados digitais.

Outros dados importantes a respeito da Cooperativa são: a) as operações de crédito cresceram 25,7% no último ano, passando de R\$67,1 milhões no final de 2016 para R\$84,3 milhões em 31/12/2017; b) o patrimônio líquido da Cooperativa cresceu 5%, passando de R\$34,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$36 milhões ao final de 2017; e c) Em 31/12/2016, o capital social alcançou o valor de R\$26,4 milhões, um crescimento de 4,4% em relação aos R\$25,3 milhões alcançado em 2016.

Assim, avanços importantes foram obtidos pela Cooperativa na sua estratégia de crescimento acima apontada, alinhada ao compromisso com o desenvolvimento do cooperativismo de crédito no país. Em linha com sua estratégia de foco nos Associados, inovação, agregação de valor e sustentabilidade aos produtos e serviços ofertados, a Cooperativa passou, mais uma vez, por processo anual de auditoria externa de qualidade e manteve a certificação ISO 9001:2008. Em 2018, faremos a transição para a certificação ISO 9001:2015.

Conselho de Administração



2. Planejamento Estratégico

Planejamento Estratégico

Deu-se continuidade à execução do plano estratégico estabelecido em 2016, em seus 4 eixos, a saber:

- 1) Estruturar a área de negócios, com 7 ações estratégicas e 20 atividades;
- 2) Ampliar a capacidade de atendimento, com 11 ações estratégicas e 17 atividades;
- 3) Realizar o planejamento e mapeamento dos processos internos, com 4 ações estratégicas e 5 atividades; e
- 4) Desenvolver a área de gestão de pessoas, com uma ação estratégica e 8 atividades.

A partir de novembro de 2017, O Sicoob Planalto Central indicou a Cooperativa para participar do programa PAEx (Parceiros para Excelência) coordenado pela Fundação Dom Cabral. O PAEx deverá conduzir a um novo plano de 5 anos de duração. O próprio programa tem duração estimada de 2 anos.



3. Governança Corporativa

Relatório da
Administração | **2017**

Governança Corporativa

Visa estabelecer diretrizes aplicadas à representatividade e participação dos associados na gestão da cooperativa e à aplicação de princípios de segregação de funções, transparência, equidade, ética, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e de prestação de contas da cooperativa.

• Representação e participação dos associados

No Sicoob os associados são representados por 32 (trinta e dois) delegados eleitos em assembleia geral do grupo seccional a que se vinculam. Em 2017 foram convocadas eleições em 17 grupos, a saber: Dourados – MS, Belém – PA, Sobral - CE, Distrito Federal (Subgrupos: Embrapa Cerrados, Embrapa Hortaliças, Embrapa Rec. Gen. e Biotecnologia e Embrapa Sede), Curitiba/Colombo - PR, Juiz de Fora/Coronel Pacheco - MG, Parnaíba - PI, Palmas - TO, ICMBio (Brasil), Ibama (Brasil), Aposentados (Brasil) e Livre Admissão (Subgrupos: PA00 (contas digitais, PA02 e PA03). Seis grupos não tiveram candidatos, Distrito Federal (Subgrupos: Embrapa Cerrados e Embrapa Rec. Gen. e Biotecnologia), Palmas - TO, ICMBio (Brasil), Ibama (Brasil), e Livre Admissão (Subgrupo: PA00 (contas digitais) e o grupo Livre Admissão (Subgrupo PA03) não atingiu o quórum mínimo de 10 eleitores. As eleições foram realizadas pela Internet, com total segurança, rapidez e transparência.

• Direção estratégica

Os Conselhos de Administração e Fiscal reúnem-se mensalmente com vistas ao cumprimento de suas atribuições e responsabilidades estatutárias. Essas reuniões favorecem o pleno exercício da direção estratégica da Cooperativa. O Sicoob mantém, desde 2009, total segregação entre os poderes do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Atualmente, apenas um Conselheiro de Administração integra a Diretoria como Diretor-Presidente, participa das reuniões do colegiado, mas sem direito a voto. Tanto os Conselheiros de Administração, como a Diretoria Executiva foram eleitos na AGO/2016, para cumprirem um mandato de 4 anos.

Governança Corporativa

• Gestão Executiva

A Diretoria Executiva trabalha sob a égide do código de ética do Sicoob buscando sempre o pleno atendimento das necessidades dos cooperados. Ela tem como foco de sua atuação as operações de crédito e de assistência financeira dos associados. Preza pela correta execução das políticas de qualidade, de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo e de gerenciamento de riscos. Cuida da política de comunicação e marketing. Exerce, enfim, todas as atribuições delegadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

• Fiscalização e controle

O Sicoob é fiscalizado pelo Conselho Fiscal, pelos auditores e responsáveis pelo controle interno e risco do Sicoob Planalto Central e por uma auditoria externa independente. Os Conselheiros Fiscais foram eleitos na AGO/2016 para cumprirem um mandato de 3 anos.

• Conselho de Administração

José Roberto Rodrigues Peres - Presidente
Marcos Carlos – Vice-Presidente
Almir Felipe dos Santos – Conselheiro Efetivo
Glocimar Pereira da Silva - Conselheiro Efetivo
Júlio José Modtkowski - Conselheiro Efetivo
Thiago Ramiro Silva Fernandes - Conselheiro Efetivo
Susy Darlen Barros da Penha - Conselheira Efetiva
Washington Luiz de Carvalho e Silva - Conselheiro Efetivo

• Conselho Fiscal

Luiz Antônio Teston – Presidente
Cleuber Oliveira – Conselheiro Efetivo
Maria Viana de Almeida – Conselheira Efetiva
Adélio Gonçalves Martins - Conselheiro Suplente
Cássio Costa da Silva Curi – Conselheiro Suplente
Waldir Marques Giusti - Conselheiro Suplente

• Diretoria Executiva

Carlos Henrique Simões Ayres – Diretor-Presidente
Sílvia Regina Alves da Silva – Diretora Administrativa-Financeira

Unidade Administrativa - UAD

• Gerência de Crédito e de Recuperação de Crédito

Rosilene Pontes Lima – Gerente
Jovânia de C. Magalhães – Supervisora de Crédito
Adriana Régila F. A. Muniz – Sup. de Rec. de Crédito
Clariana Moreira dos Santos
Deise Sales de Araújo
Elvécio Rezende Duarte
Letícia Hellen Silva Santos
Maria Rosânia da Conceição Silva
Ramon Rodrigues de Oliveira Rocha
Raphael de Faria da Silva
Yane de Oliveira Costa

• Setor Financeiro - SEFIN

Douglas Hoth Cerqueira - Supervisor
Alexandre Queiroz Soares
Clayton Alisson Rodrigues da Silva
Flávia Gonçalves de Miranda Andrade

• Setor de Documentação e Cadastro - SDC

Fabiane Peres de Oliveira - Supervisora
Roger William de Oliveira
Sueli Costa da Silva

• Gerência de Negócios / Comunicação

Susan Hellen dos Santos Sousa – Comunicação
Marina Marce Barbosa
Rafaela Barros Pereira

• Setor de Gestão da Qualidade - SGQ

Ana Cecília de Oliveira Magalhães

• Setor de Gestão de Pessoas - SGP

Hislana Nayara Cabral de Araújo Terêncio – Supervisora
Eduardo Barros da Silva – Menor aprendiz

• Setor de Tecnologia da Informação - STI

Eduardo Araújo da Silva
Luiz Eduardo Nascimento de Assis
Marcos Henrique Oliveira Leite

• Setor de Pagamentos, Patrimônio e Logística - SPL

Kalliane Souza dos Anjos – Supervisora
Girleene Alves Pereira
Márcio Damião Matos
Pedro Henrique Coelho Santos – Menor aprendiz
Diogo Davi – Prestador de serviço
Rita de Oliveira – Prestadora de serviço
Yulfo Espinosa Rodriguez – Prestador de serviço

Pontos de Atendimento

• Agência Virtual - PA 00

Cleber dos Reis – Gerente
Adriana Gonçalves Carvalho
Alyne da Silva Santana
Amanda Diógenes de Oliveira
Erika Moreira
Felipe Oliveira Lima
Gabriela Oliveira de Oliveira
Kamilla Sousa Sampaio
Luís Fernando Ferreira da Silva
Maria Aparecida Meireles Vieira
Marília Cunha Rodrigues
Raquel Cristina Vieira
Rayane Cristina Almeida
Rosilene Pereira Monteiro

• Agência Embrapa - PA 01

Samia Khalil Abder de Carvalho Rahman – Gerente
Rafaela Rodrigues Pereira – Gerente de Relacionamento
Aline Athayde da Silva Buril
Lara Giordana Almeida Ferreira

• Agência 116 Norte – PA 02

Vanessa Silva - Gerente
Nayara Karen dos Reis – Gerente de Relacionamento
Fernanda Ramos
Paulo Henrique Costa
Priscila Nunes Oliveira Gama
Yuri Suares Lobato Gama
Evany de Mendonça Guimarães - Menor aprendiz

• Agência Águas Lindas – PA 03

Ariela de Souza Nunes Pedroza – Gerente
Juliana Oliveira – Gerente de Relacionamento
Ludmilla da Silva Mesquita – Gerente de Relacionamento
Edilma Nascimento
Eduardo Silva dos Santos
Karoline Pontes Pereira
Larissa Natalia S. de Andrade
Márcio de Sousa Lima
Debora Pereira Sales - Menor aprendiz

• Agência Alexânia - PA 04

Janaina Leite de Paiva – Gerente
Rayssa Loyanne Roriz – Gerente de Relacionamento
Antônio Chaves Neto
Marcella Sanny Oliveira de Almeida

• Agência Águas Claras - PA 05

Letícia Dônola Pereira - Gerente
Billy Santos da Silva
Estéfane da Silva Cardoso
Elizabete Maria Malveira de Oliveira

Delegados Efetivos

Nome

Antonio Lucio Gomes
Carlos Antônio da Silva
Carlos Renato Tavares de Castro
Cindi Cristina Ferreira Camargo
Eledison Silva Sampaio
Eliane Maria de Oliveira
Emídio Casagrande
Francisco Chagas Neto
Gilda Maria Dutra Leite
Hildeberto Valle Petzold
Joel Sebastião Lamóglia
José Ribamar Santos
Julio Cesar Parangaba Ignacio
Luzia Feitosa de Oliveira
Marcelo Dressler
Gessi Ceccon
Marnine Lima de Aguiar
Orebio Oliveira Sousa
Paulo Aparecido Teixeira da Silva
Pedro Laureano de Campos Neto
Quintino Izídio dos Santos
Edmilson Gomes Nascimento
Renata Kelly Costa Souza
Renato da Cunha Tardin Costa
Valdirene de Moura Alves
Telmo Luiz Araújo
Edmar Vieira
Vera Lucia Maria dos Santos
Vicente de Paulo Pereira de Araújo
Nizael Francisley Rosa
Shirlene Morais Rodopoulos
José Reinaldo Alves Borges

Grupo Seccional

Embrapa Agrobiologia
Embrapa Semiárido
Embrapa Gado de Leite
Embrapa Meio Ambiente
Embrapa Mandioca e Fruticultura
Embrapa Algodão
Embrapa Soja
Embrapa Amapá
Embrapa Roraima
Embrapa Pantanal
Embrapa Tabuleiros Costeiros
Embrapa Amazônia Oriental
Embrapa Florestas
Embrapa Rondônia
Embrapa Milho e Sorgo
Embrapa Agropecuária Oeste
Embrapa Amazônia Ocidental
Embrapa Hortaliças
Embrapa Agroind. Tropical
Embrapa Agroind. de Alimentos
Embrapa Gado de Corte
Embrapa Caprinos e Ovinos
Embrapa Acre
Embrapa Agrossilvipastoril
Embrapa Sede
Embrapa Clima Temperado
Embrapa Arroz e Feijão
Embrapa Meio-Norte
Embrapa Meio Norte - Parnaíba
Embrapa Pecuária Sudeste/ São Paulo
PA02- 116 Norte
Aposentados

Delegados Suplentes

Nome

Angela Maria batista
Jorge Severo da Costa
Sandra Maria dos Santos
Douglas Alves Vieira
José Braga de Jesus
Qfrance de Lira Brito
Bruno Teruo Ochikubo
Adinomar Rodrigues Nunes
Celso Macedo da Fonseca
Marilisi Jorge da Cunha
Eduardo Henrique Ribeiro de Oliveira
Paulo Roberto Farias Ferreira
Luiz Agnaldo Bernadi
Maria Marlucia Lemos
Ademilson Santana da Rocha
Marisa Ferreira dos Santos
Antonio Argemiro Bastos Varjão
Henrique Martins Gianvecchio Carvalho
Evelinne M. Bastos A. C. Feitosa
Claudio Henrique Gomes da Silva
Maria Solange Martins
José Espedito Saboia Sousa
Francisco José Bezerra Neto
SEM SUPLENTE
Marta Lucia de Sousa Cunha Sudário
Sidmar da Luz Dias
Waltterlenne Englen Freitas de Lima
Francisca das Chagas da Silva Cruz
Francisco dos Santos Carvalho
Leandro Peixoto Escrivani
Willian Souto Silva
Alba Mary da Silva

Grupo Seccional

Embrapa Agrobiologia
Embrapa Semiárido
Embrapa Gado de Leite
Embrapa Meio Ambiente
Embrapa Mandioca e Fruticultura
Embrapa Algodão
Embrapa Soja
Embrapa Amapá
Embrapa Roraima
Embrapa Pantanal
Embrapa Tab. Costeiros
Embrapa Amazônia Oriental
Colombo - PR
Embrapa Rondônia
Embrapa Milho e Sorgo
Embrapa Agropecuária Oeste
Embrapa Amaz. Ocidental
Embrapa Hortaliças
Embrapa Agroindústria Tropical
Embrapa Agroind. de Alimentos
Embrapa Gado de Corte
Embrapa Caprinos
Embrapa Acre
Embrapa Agrossilvipastoril
Embrapa Sede
Embrapa Clima Temperado
Embrapa Arroz e Feijão
Embrapa Meio-Norte
Embrapa Meio Norte - Parnaíba
Embrapa Pecuária Sudeste/ São Paulo
PA02- 116 NORTE
Aposentados



4. Desempenho Operacional

Relatório da
Administração **2017**

Desempenho Operacional

• Unidade Administrativa - UAD

Todas atividades de retaguarda das Agências ou PAs, tais como análise dos documentos para abertura de contas, análise de cadastros para concessão de empréstimos, controle da Tesouraria, etc., são executadas na UAD, que está localizada na sede do Sicoob, composta pelas Gerências de Crédito e de Recuperação de Crédito, de Negócios e pelos Setores de Documentação e Cadastro (SDC), Financeiro (SEFIN), Gestão de Pessoas (SGP), Gestão da Qualidade (SGQ), Pagamentos, Patrimônio e Logística (SPL) e Tecnologia da Informação (STI). As atividades de cadastro e abertura de contas foram descentralizadas para os PAs, sob a supervisão técnica do SDC, bem como as atividades de venda de seguros, consórcios e previdência foram, também, transferidas para os PAs. Essas mudanças visaram a agilidade e eficiência na prestação desses serviços.

• Gestão Administrativa

Executada pelos Setores de Documentação e Cadastro (SDC), Financeiro (SEFIN), Gestão de Pessoas (SGP), Gestão da Qualidade (SGQ), Pagamentos, Patrimônio e Logística (SPL) e Tecnologia da Informação (STI), com o apoio de quinze empregados, três prestadores de serviço e dois menores aprendizes. A área administrativa é um dos setores mais complexos em qualquer instituição, devido ao grande número de atividades desempenhadas. Para facilitar o trabalho as atividades foram segmentadas em setores:

Desempenho Operacional

• Gestão de Pessoas

Desempenha atividades de recrutamento, seleção, contratação, demissão, capacitação, avaliação de pessoas, dentre outros. Um dos requisitos da Certificação ISO 9001:2008 é a capacitação contínua dos empregados e colaboradores da Cooperativa. Assim, conselheiros, dirigentes, gerentes, empregados e estagiários passaram por cursos e treinamentos em diversas áreas do conhecimento, o que permitiu uma maior eficiência nos serviços prestados. Ao todo foram ministradas 2.183 horas de treinamento presencial à equipe. Foram realizados, também, 5 processos de recrutamento e seleção que levaram a contratação de 32 empregados em 2017.

• Gestão de Tecnologia da Informação

Atividade exercida pelo STI, é responsável pela realização de backups de segurança, instalação de hardware e de software, além de cuidar de planos de contingência contra falhas no fornecimento de energia elétrica e contra a inoperância dos sistemas de informação. Os serviços de TI são fundamentais para o bom funcionamento da Cooperativa. Um gerador de energia de alta capacidade foi adquirido para a Sede da Cooperativa, como forma auxiliar da Política de Continuidade dos Negócios, uma vez que a falta de energia na UAD provoca a paralização das atividades de comunicação em toda a Cooperativa.

• Gestão de Compras

Atividade exercida pelo SPL é executada com o apoio de cinco procedimentos: aquisição de bens, de serviços, avaliação dos fornecedores, controle das contas a pagar e fundo fixo de caixa.

• Gestão de Patrimônio

Atividade exercida pelo SPL, utiliza o software RM Bonum que permite um eficiente controle dos bens do Sicoob. Plenamente integrado ao sistema contábil, o software permite a adequada identificação, localização, atribuição de responsabilidade pela guarda e depreciação do imobilizado. Além disso, o setor é responsável pelo controle do almoxarifado. Também faz parte das atividades do setor, a manutenção dos bens móveis e imóveis da Cooperativa. O setor cuida, ainda, dos planos de contingência de combate a incêndios, inundações, roubos e atentados.

• Gestão Financeira

Atividade executada pelo SEFIN com o apoio de 4 empregados. São cinco os procedimentos relacionados ao Setor, procedimentos de transferência de recursos financeiros entre contas de associados, de crédito identificado em conta corrente da Cooperativa para a conta de associado, de caixa e de tesouraria. Além disso, o Setor passou a realizar todos os pagamentos da Cooperativa.

Desempenho Operacional

• Gestão de Documentação e Cadastro

Atividade exercida pelo SDC, é responsável pela abertura e encerramento de contas, inclusive as contas digitais, atualização cadastral, avaliação de risco, implantação de limites, etc. Essas atividades foram descentralizadas para os PAs, porém o Setor mantém a coordenação técnica das mesmas. A gestão documental é realizada com o apoio do Próton, em uso na Cooperativa desde 2008 e um eficiente sistema de gestão eletrônica de documentos (GED). Toda documentação é registrada e arquivada em meio digital, o que permite sua imediata recuperação por parte dos usuários. Outra vantagem é a enorme economia de papel, já que os documentos são gerados e arquivados eletronicamente. O arquivamento de documentos em papel, quando exigido pela legislação, é realizado em local específico utilizando mínimo de espaço físico.

• Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos está normatizada pelas Políticas Institucionais e Manuais de Instruções Gerais aprovados pelo Conselho de Administração. São quatro (4) os principais tipos de riscos que devem ser mitigados pelas cooperativas integrantes do Sicoob, a saber: Risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito e risco operacional. O gerenciamento de riscos do Sicoob objetiva garantir a aderência às normas vigentes de forma a minimizar os riscos, por meio das boas práticas de gestão.

• Gestão de Crédito e de Recuperação de Crédito

Executada pelas Gerências de Crédito e de Recuperação de Crédito com o apoio de onze empregados, é responsável por analisar, conceder e cobrar os empréstimos solicitados pelos associados. São três os procedimentos envolvidos nessas atividades: Procedimento de montagem de proposta de empréstimos, de créditos a receber e de liquidação de empréstimos. A área de crédito é a que concentra a maioria dos negócios realizados pela cooperativa. A Recuperação de Crédito, conta com o apoio da Annellus – empresa especializada nas ações de cobrança, desempenha ações proativas de cobrança, no intuito de evitar a inadimplência. A Gerência conta, também, com o apoio de um escritório de advocacia especializado em ações de cobrança pré-processuais ou jurídicas, quando esgotam-se todas as possibilidades de cobrança administrativa.

• Gestão de Seguros e Previdência

É executada nos PAs com o apoio de todos empregados responsáveis pelo atendimento aos associados. Conta, ainda, com o apoio técnico da Corretora Sicoob e do Sicoob Planalto Central.

Desempenho Operacional

• Gestão de Continuidade dos Negócios

O gerenciamento de continuidade de negócios é um processo de melhoria contínua, que objetiva dar maturidade à entidade na identificação e avaliação dos riscos de descontinuidade de atividades, principalmente aquelas que representem riscos à imagem da Cooperativa e riscos de perdas financeiras, patrimoniais, legais e regulatórias. Esses riscos justificam a criação de procedimentos que garantam a entrega de serviços e ou produtos dentro de nível previamente definido pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

• Gestão de Segurança Corporativa e de Prevenção a Corrupção – *Compliance*

Tem a missão de zelar pelo cumprimento de leis, regulamentações, autorregulações, normas internas e os mais altos padrões éticos, orientando e conscientizando quanto à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à instituição, clientes, colaboradores, fornecedores e sociedade, permitindo o crescimento sustentável e a melhoria contínua do negócio. É responsabilidade de todos conhecer e seguir as diretrizes da Política de Compliance, inclusive, promover, incentivar e participar de treinamentos anticorrupção.

• Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ

O Sistema é coordenado pelo Conselho de Administração, a quem compete estabelecer metas, bem como avaliar os resultados alcançados. Mensalmente são avaliados os seguintes indicadores de qualidade da prestação de serviços aos associados: avaliação presencial nas agências, avaliação telefônica e avaliação das Ordens de Serviços concluídas. São acompanhados, também, os registros de ouvidoria junto à Ouvidoria do Sicoob e do Banco Central. Os quase 60 procedimentos e instruções de trabalho são acompanhados continuamente pelo auditor interno da qualidade que realiza, anualmente, duas auditorias internas de análise crítica, além de buscar soluções para as não conformidades encontradas.

O SGQ acompanha todas as unidades organizacionais da Cooperativa. Embora o objetivo principal seja o atendimento de qualidade aos associados, este é afetado por, praticamente, tudo que se faz na Cooperativa, de um simples fornecedor de papel ao mais sofisticado sistema de tecnologia da informação. Dessa forma, todas as gerências têm papel relevante no sistema e cuidam de procedimentos conforme serão apresentados a seguir. Desde 2008 a Cooperativa detém a certificação ISO 9001:2008. A certificadora é a empresa norueguesa Det Norske Veritas – DNV, organismo de reputação internacional, com sede em São Paulo.

Desempenho Operacional

Agências ou Ponto de Atendimento

• Gestão de contas

É executada em cada uma das agências da Cooperativa, com o apoio da UAD (Setor de Documentação e Cadastro). Os procedimentos relacionados ao Sistema de Gestão da Qualidade são em número de sete, a saber:

- aplicação e resgate de recursos de associados;
- subscrição/integralização de capital social;
- abertura de contas para novos associados;
- desligamento de associados;
- atualização de dados cadastrais;
- devolução parcial de capital social; e
- solicitação/alteração de limites de cartão de crédito/débito e/ou cheque especial.

Além desses procedimentos típicos de gestão de contas, compete às Agências a execução de atividades e procedimentos voltados à **Prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo**. A política tem por finalidade estabelecer padrões e rotinas de prevenção e detecção de operações ou transações que apresentem características atípicas. A manutenção de cadastro atualizado é a principal fonte de conhecimento do associado/cliente, permitindo que a Cooperativa preste atendimento adequado e, conseqüentemente, realize os procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

• Gestão de Relacionamento

Executada pelas Agências com o apoio da UAD (Gerência de Negócios). A Agência Virtual é responsável pelos procedimentos de atendimento remoto aos associados. Foram, em média, 4.488 ligações telefônicas mensais em 2017, ou seja, 204 ligações diárias recebidas pela equipe. Em 2017 a Agência Virtual fez, também, 40.044 atendimentos por e-mail e 1.606 atendimentos por "chat online", além de 14.597 atendimentos via "WhatsApp". Ao final de cada contato, todos são convidados a avaliar o atendimento recebido, tenha sido presencial ou por via telefônica. Na avaliação presencial o total de registros foi 16.656 durante o ano e a nota média obtida foi 4,95 (num máximo de 5), enquanto na avaliação telefônica a média foi 4,85 (num máximo de 5). Foram 13.539 avaliações no ano, uma média de 1.128 avaliações mensais. Resultados excelentes, o que demonstra o comprometimento de todos com a qualidade do serviço prestado aos associados.

• Gestão de Negócios

Executada pelas Agências com o apoio de suas equipes. São três os procedimentos do Sistema de Gestão da Qualidade: buscar novos negócios para a Cooperativa, bem como por viabilizar os negócios existentes; ampliar o quadro de associados e buscar a realização de novos convênios com instituições públicas e privadas.



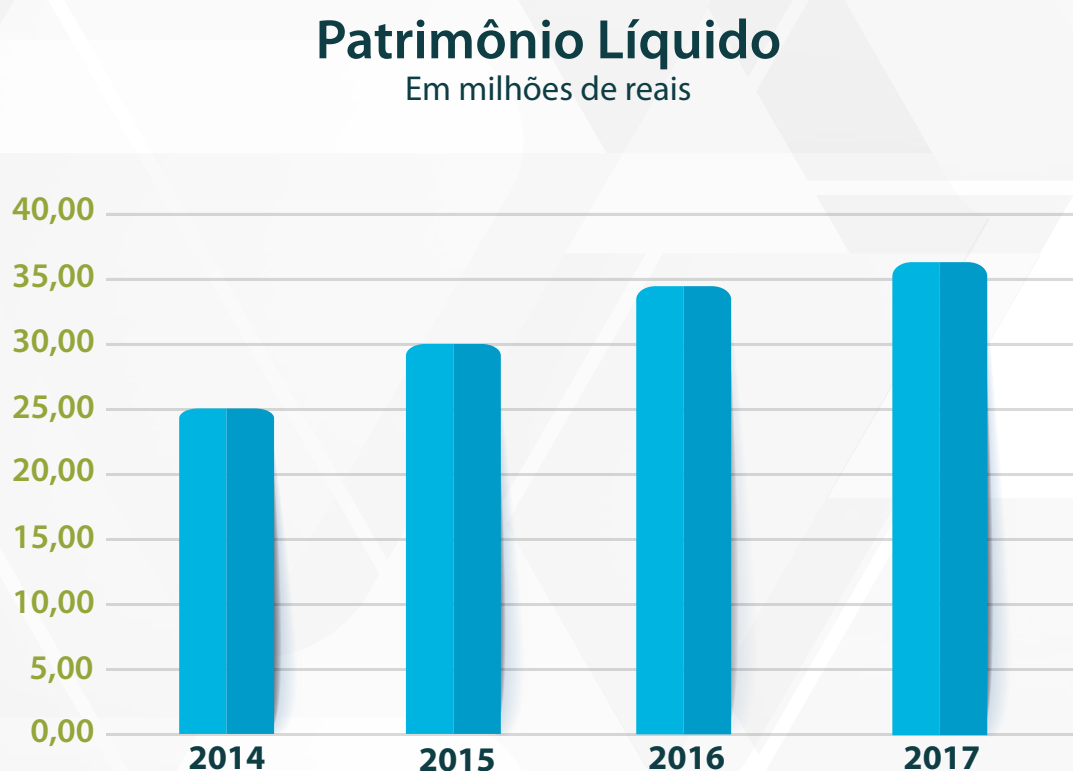
5. Desempenho Financeiro

Desempenho Financeiro

• Patrimônio Líquido

Nos últimos 4 anos o patrimônio líquido da Cooperativa cresceu 42,4%, alcançando, em 31 de dezembro de 2017, a cifra de R\$36 milhões. O crescimento no último ano foi de 5%. O gráfico 1 espelha esta evolução no período de 2014 a 2017:

Gráfico 1: Evolução do patrimônio líquido no período 2014/2017

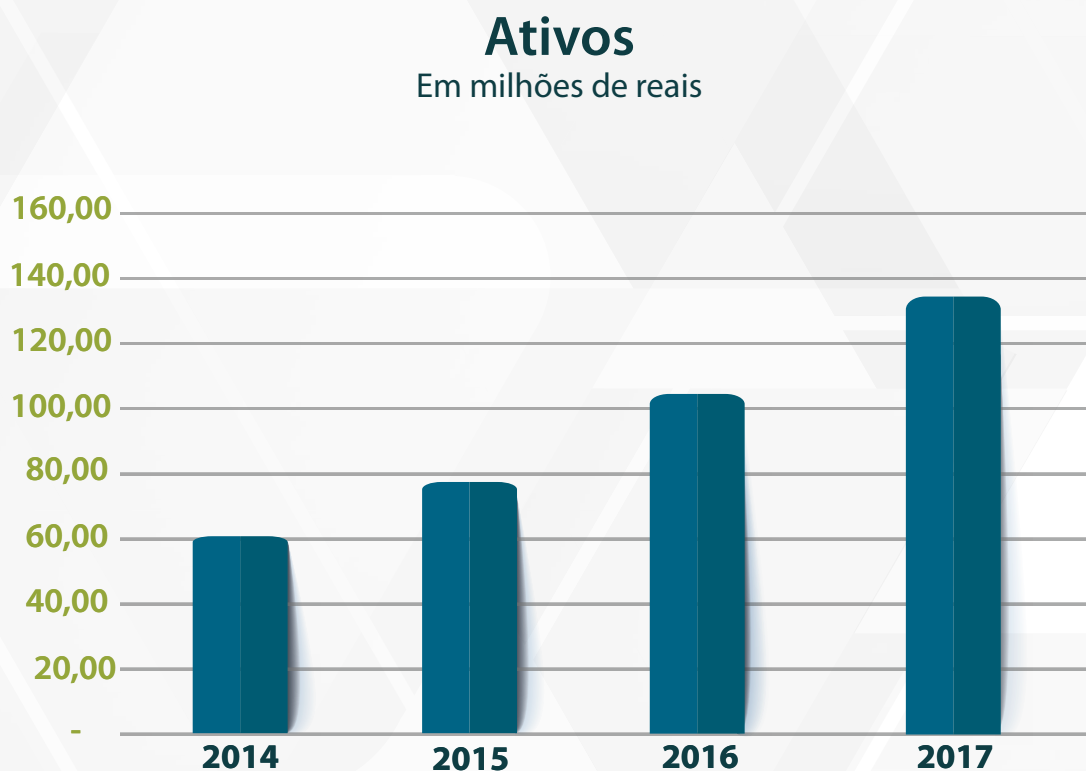


Desempenho Financeiro

• Ativos

Um outro indicador importante são os ativos da Cooperativa, ou seja, seus haveres. Em 2017, os ativos alcançaram a cifra de R\$133,8 milhões, um crescimento de 27,8% em relação ao ano anterior.

Gráfico 2: Evolução dos ativos no período 2014/2017



Desempenho Financeiro

• Reservas legais

De acordo com o Estatuto Social do Sicoob, 40% das sobras brutas são destinados à formação das Reservas Legais. Essas passaram de R\$7,7 milhões ao final de 2016, para R\$8,5 milhões em dezembro de 2017 implicando uma variação de 9,6% no ano. Nos últimos 4 anos as reservas legais cresceram 30,4%.

Gráfico 3: Evolução das Reservas Legais no período 2014/2017

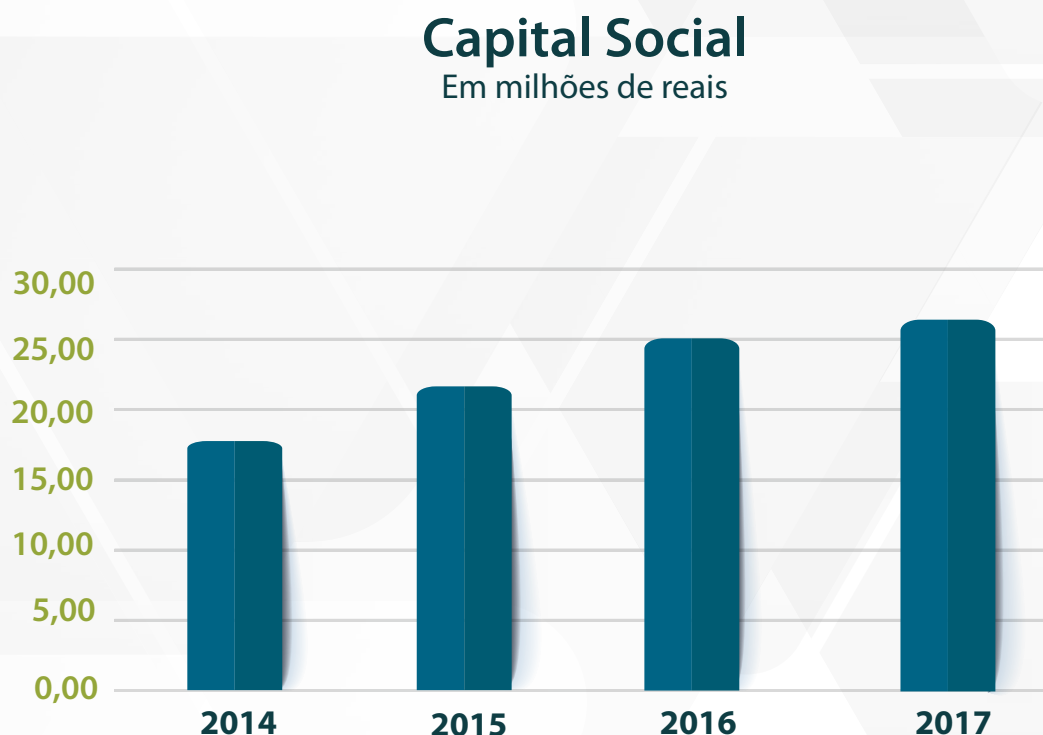


Desempenho Financeiro

• Capital Social

O Sicoob mantém uma política de capitalização contínua por parte de seus associados. Essa política garante o cumprimento de regras do Banco Central do Brasil em consonância com o disposto no Acordo de Basiléia III. Em 31/12/2017, o capital social alcançou o valor de R\$26,4 milhões, um crescimento de 4,4% em relação aos R\$25,3 milhões alcançado em 2016. Nos últimos quatro anos o capital social cresceu 49,5%, conforme evidenciado no Gráfico 4. Isso demonstra, uma vez mais, a solidez da Cooperativa.

Gráfico 4: Evolução do capital social no período 2014/2017

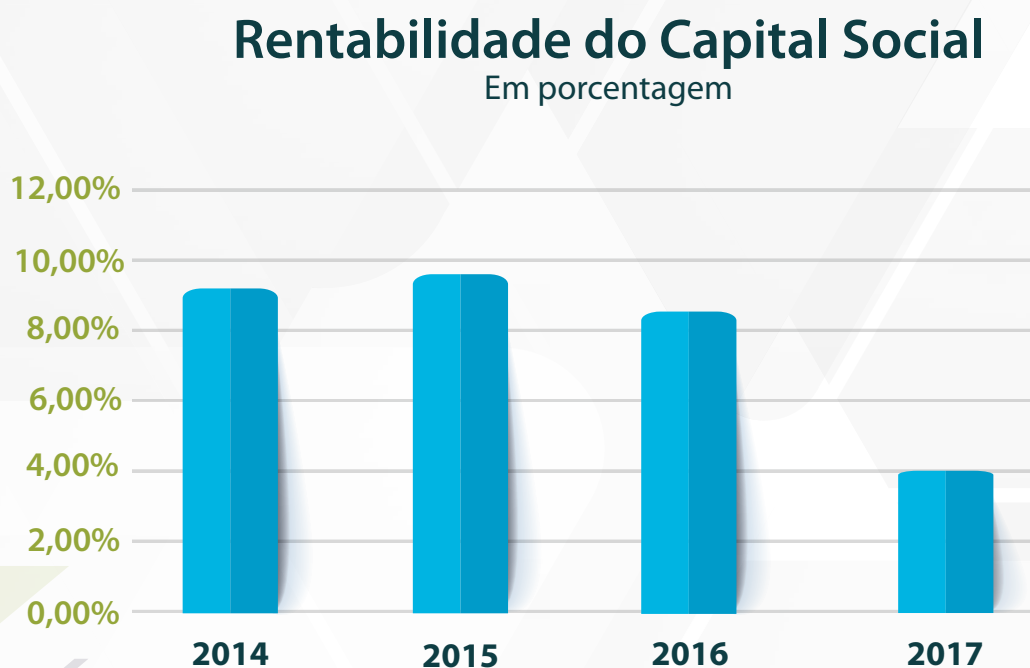


Desempenho Financeiro

• Rentabilidade do Capital dos Associados

De acordo com a Lei Complementar nº 130, de 17/04/2009, o capital social dos associados pode ser remunerado, no máximo, pela variação anual da taxa básica de juros da economia (SELIC), determinada pelo Conselho de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil. O Conselho de Administração do Sicoob aprovou o pagamento de 28,7% da variação da SELIC. Em média cada associado obteve um rendimento de 4% no ano. Pela primeira vez o rendimento do capital ficou aquém do desejável. Infelizmente as novas regras de gerenciamento do risco de crédito instituído pelo Banco Central, causou um significativo aumento nas provisões de crédito o que prejudicou o pagamento de um maior percentual de juros ao capital. Entretanto, a rentabilidade média acumulada nos últimos 4 anos foi de 7,63% a.a., bem superior à caderneta de poupança cujo rendimento médio é de 6% a.a. Os juros ao capital foram creditados na conta capital de cada associado em 31/12/2017.

Gráfico 5: Rentabilidade do Capital dos Associados no período 2014/2017

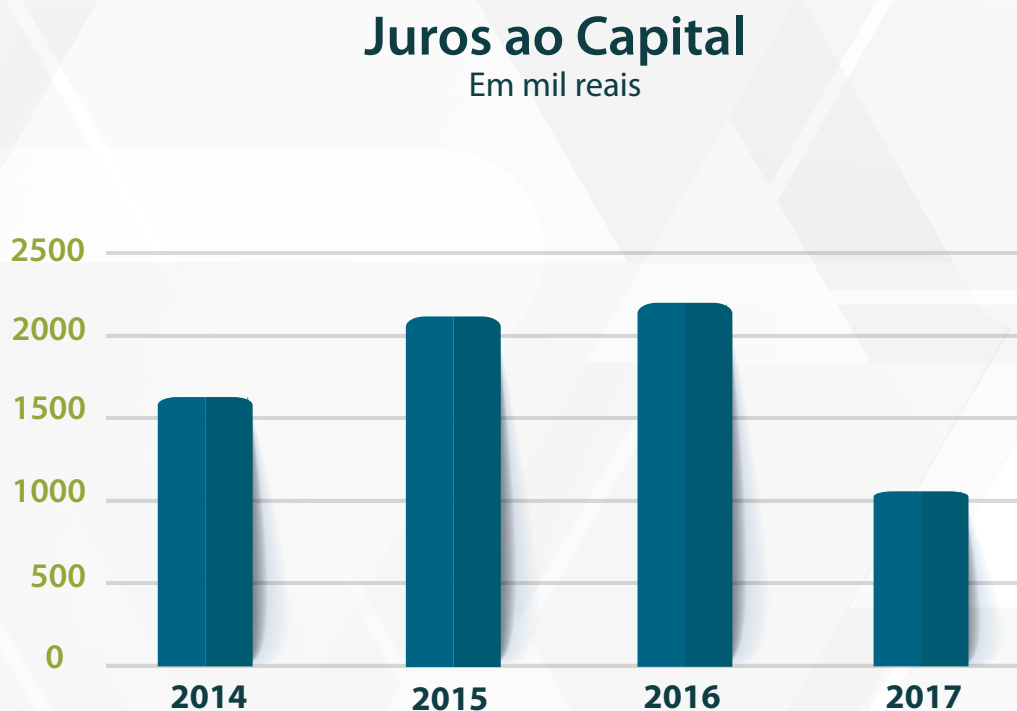


Desempenho Financeiro

• Juros ao Capital

Em valores, o pagamento de juros ao capital foi de R\$1 milhão em 2017. O gráfico 6 apresentado a seguir mostra a evolução do valor total de juros pagos ao capital dos associados no período 2014/2017.

Gráfico 6: Valor dos Juros pagos ao capital dos associados no período 2014/2017

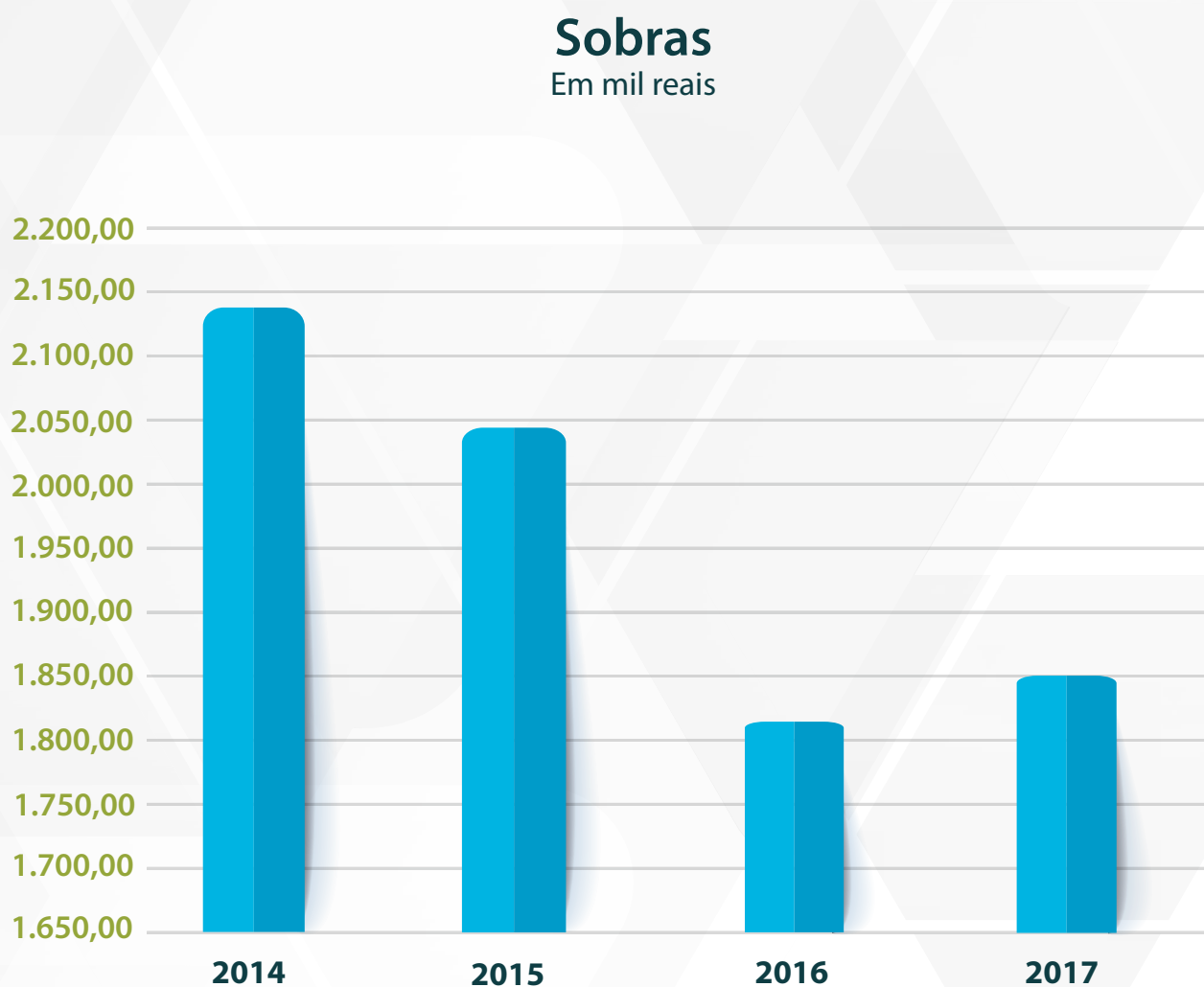


Desempenho Financeiro

• Sobras

Em 2017 o Sicoob obteve R\$1,85 milhões em Sobras (brutas), conforme pode ser visto no Gráfico 7. Esse valor é ligeiramente superior ao valor obtido em 2016, da ordem de R\$1,8 milhões.

Gráfico 7: Evolução das sobras no período 2014/2017



Desempenho Financeiro

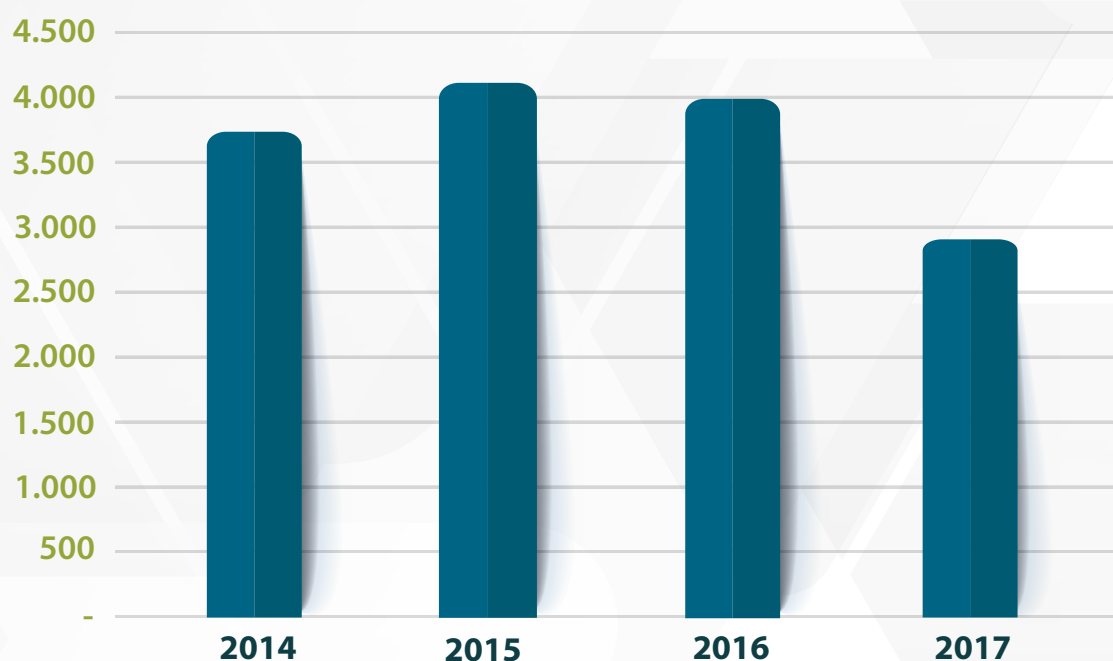
• Sobras mais Juros Pagos ao Capital

A soma desses dois valores demonstra o resultado anual da Cooperativa. Em 2017 a Cooperativa obteve a cifra de R\$2,9 milhões em sobras mais juros ao capital, indicando uma redução de 27,4% em relação a 2016. Novamente, esse fato foi causado pelo aumento das provisões para operações de crédito. O Gráfico 8 apresentado a seguir representa esse resultado.

Gráfico 8: Somatório de Sobras e Juros pagos ao Capital dos associados no período 2014/2017

Sobras mais Juros ao Capital

Em mil reais

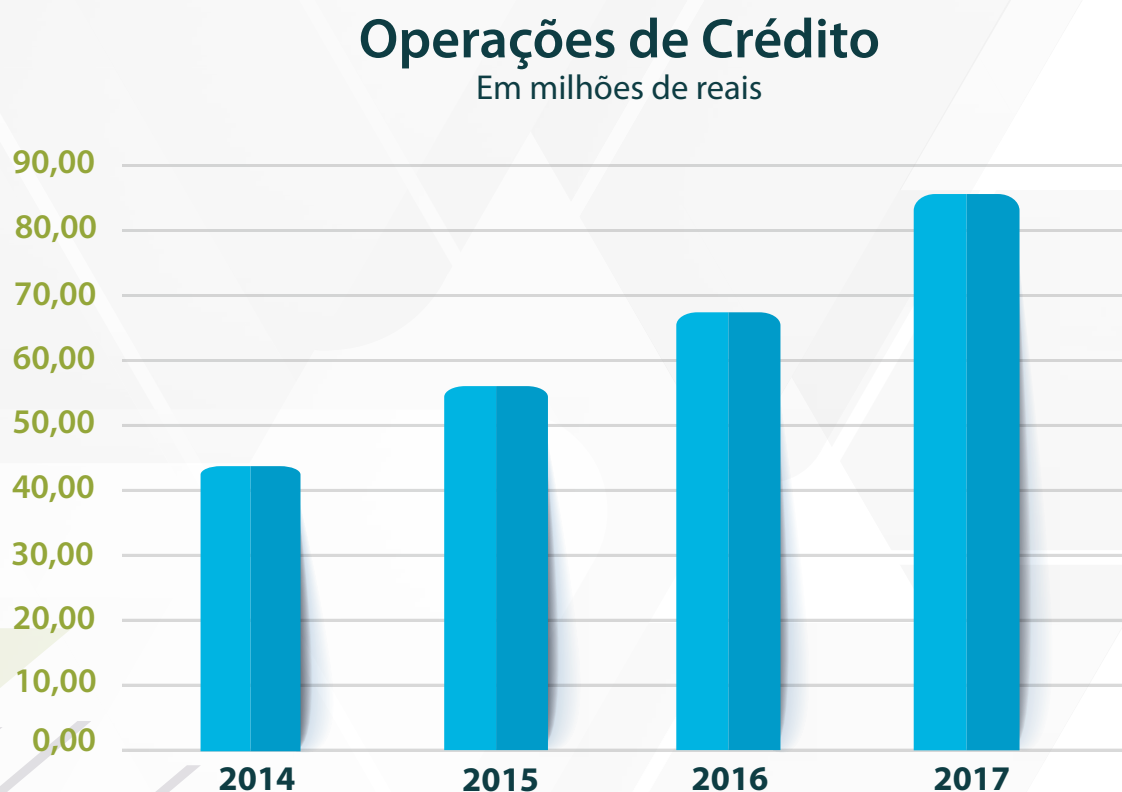


Desempenho Financeiro

• Operações de Crédito

As Operações de Crédito alcançaram a cifra de R\$84,3 milhões em 2017, um crescimento de 25,7% em relação a 2016, conforme demonstra o Gráfico 9. Foram 6.875 empréstimos realizados, uma média de 573 operações de crédito por mês ou 26 por dia. Nos últimos 4 anos a carteira de empréstimos cresceu 92,2%. Do total de operações, apenas 28,8% foram empréstimos consignado em folha. As demais, com desconto em conta corrente, com risco mais elevado. Assumimos este risco para atender aos associados que, na sua maior parte, não têm limite de consignação no SIAPE. Em contrapartida exigimos mais garantias. Menos de 2% das operações foram para Pessoa Jurídica. A taxa de inadimplência no ano foi de apenas 1,8%.

Gráfico 9: Valor das operações de crédito realizadas no período 2014/2017

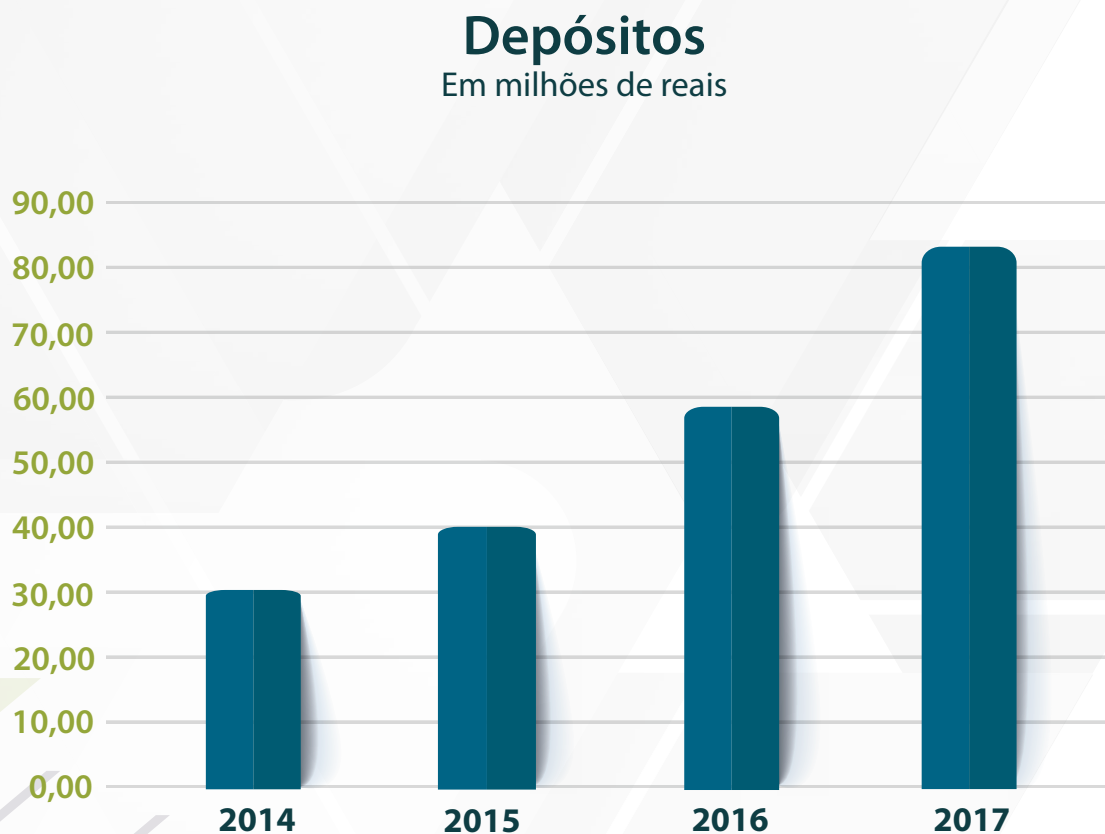


Desempenho Financeiro

• Depósitos

A captação de recursos é um importante instrumento para o crescimento da Cooperativa. Graças ao seu incremento que se pôde promover uma expansão do crédito para atender às demandas dos associados. Esse crescimento foi possível, em primeiro lugar, pela confiança que o Sicoob desperta em seus associados e, em segundo, pela excelente rentabilidade que é paga aos seus aplicadores e depositantes, que supera as taxas pagas pelos bancos comerciais. Em 2017 os depósitos atingiram R\$83,2 milhões, um crescimento de 43,7% em relação a 2016. Nos últimos 4 anos o crescimento dos depósitos totais foi de 177,6%, conforme pode ser observado no Gráfico 10.

Gráfico 10: Evolução dos depósitos totais no período 2014/2017



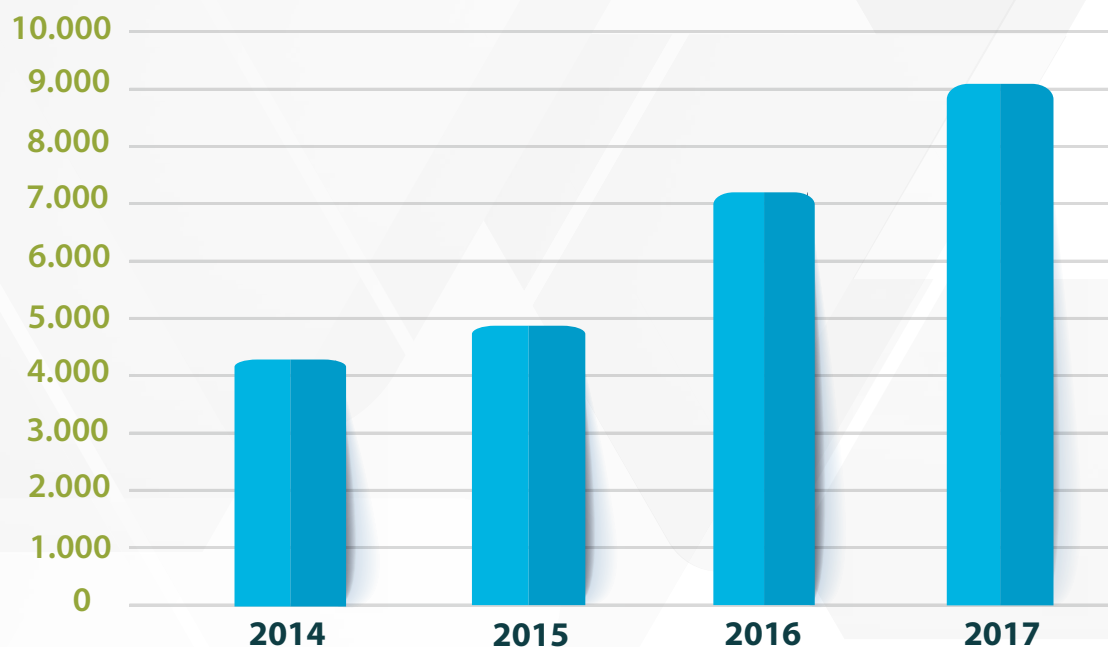
Desempenho Financeiro

• Quadro Social

O número de associados cresceu 27%, em 2017, passando de 7.124 em 31 de dezembro de 2016 para 9.044 em 31 de dezembro de 2017. Nos últimos 4 anos, o crescimento do quadro social foi da ordem de 113,2%, conforme demonstrado no Gráfico 11. Para alcançar esse patamar, um amplo programa de divulgação da Cooperativa foi implementado, por mídia eletrônica, bem como pelo lançamento do App CrediEmbrapa AbreConta.

Gráfico 11: Evolução do quadro social no período 2014/2017

Número de Associados



Desempenho Financeiro

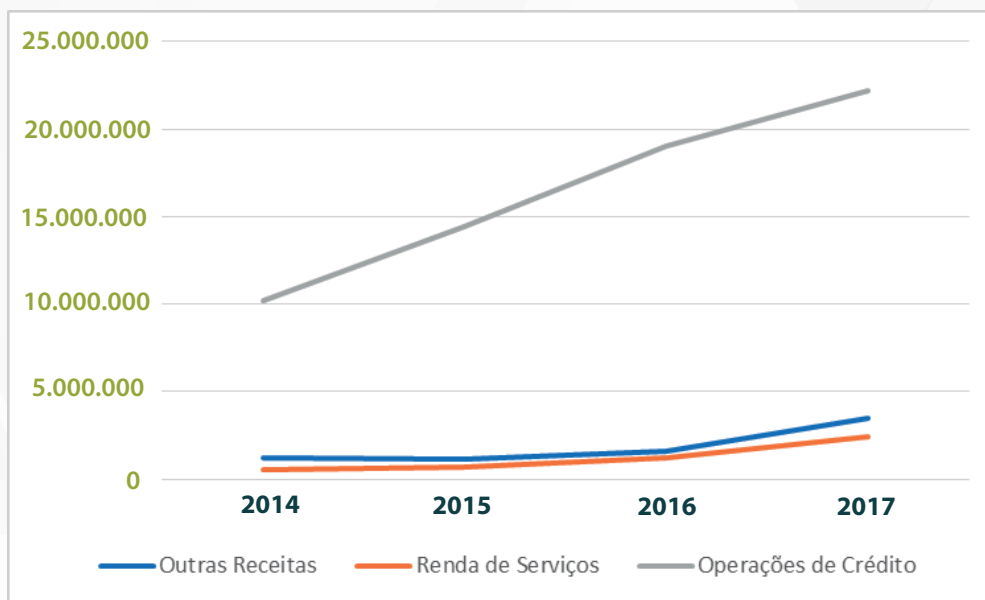
• Receitas

O comportamento das receitas da Cooperativa foram crescentes ao longo dos últimos 4 anos. As receitas de operações de crédito cresceram 16,6% em 2017, enquanto que as receitas de serviços e outras receitas cresceram, respectivamente, 100,5% e 115,8%. As operações de crédito continuam sendo a principal fonte de receitas para a Cooperativa, responsável por 80% das Receitas Totais, mas o crescimento das outras receitas é muito significativo. Esse fato é muito importante pois essas outras receitas pagam boa parte dos custos totais da instituição. Ver comportamento das principais receitas no Gráfico 12 apresentado a seguir.

Gráfico 12: Evolução das principais receitas no período 2014/2017

Receitas

Em R\$

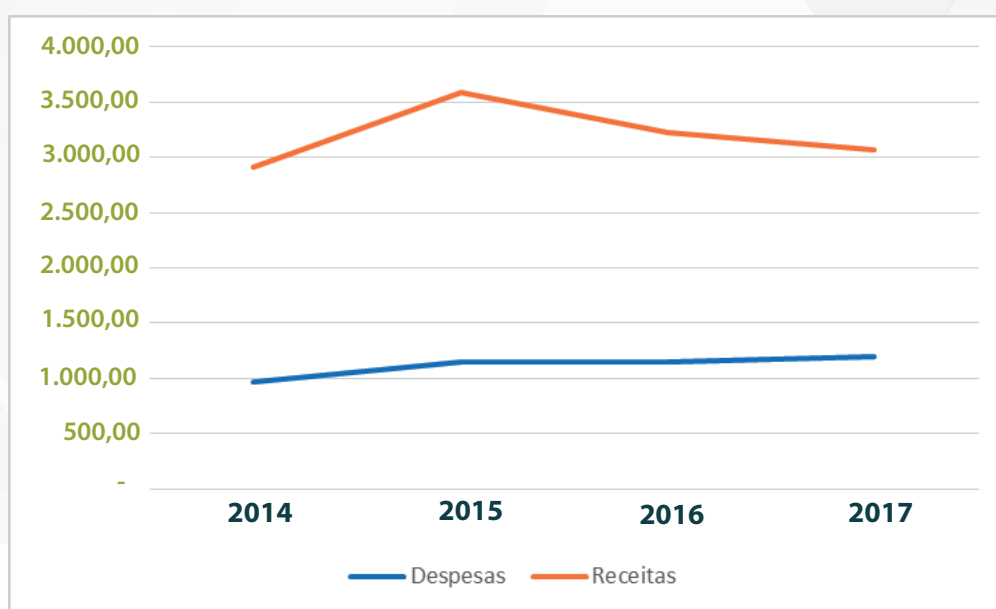


Desempenho Financeiro

Se número de associados for utilizado como indicador de desempenho, observa-se que as receitas por associado são decrescentes, enquanto que as despesas administrativas por associado são crescentes. Isso mostra o grande desafio a ser enfrentado doravante. Não basta simplesmente fazer crescer o número de associados. É preciso que esses novos associados façam negócios com a Cooperativa aumentando, dessa forma, a receita total média, uma vez que a despesa administrativa total, tende a crescer com o crescimento da estrutura física. O Gráfico 13 apresentado a seguir mostra o comportamento de receitas totais e de despesas administrativas por associado.

Gráfico 13: Comportamento de receitas e despesas por associado no período 2014/2017

Receitas e Despesas por Associado



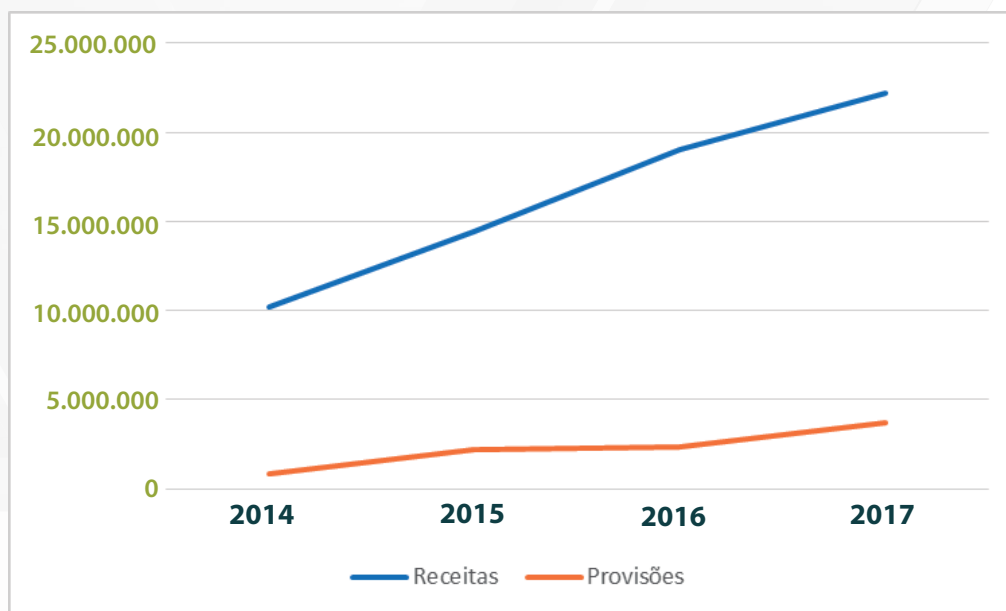
Desempenho Financeiro

• Operações de Crédito versus Provisões

Um fator que teve um forte efeito sobre o resultado da Cooperativa em 2017, foi o aumento significativo das provisões. Isso ocorreu em virtude das novas regras de classificação de risco de crédito adotada pelo Sicoob sob orientação do Banco Central. O Gráfico 14 apresentado a seguir mostra o comportamento das receitas de operações de crédito e das provisões. Enquanto as receitas cresceram 16,6% em 2017, as provisões cresceram 58% no mesmo período.

Gráfico 14: Comportamento de receitas de operações de crédito e de provisões no período 2014/2017

Operações de Crédito





6. Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

ATIVO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	55.479.183,02	40.770.772,77
Disponibilidades	2.885.315,29	1.476.683,43
Caixa	2.817.862,84	1.389.615,06
Depósitos Bancários	67.452,45	87.068,37
Relações Interfinanceira (Nota 3)	23.610.290,26	17.474.219,04
Centralização Financeira	23.610.290,26	17.474.219,04
Operações de Crédito (Nota 4)	27.743.671,18	21.180.047,46
Empréstimos, Títulos Descontados e Financiamentos	29.480.810,81	22.347.509,83
(-) Provisão para operações de crédito	(1.737.139,63)	(1.167.462,37)
Outros Créditos (Nota 5)	1.048.652,08	529.164,99
Avais e Fianças Honrados	395.220,11	249.530,43
Rendas a receber	145.798,98	228.988,50
Diversos	763.168,44	227.067,41
(-) Provisão para Outros Créditos	(255.535,45)	(176.421,35)
Outros Valores e Bens (Nota 6)	191.254,21	110.657,85
Almoxarifado	32.753,25	32.324,63
Despesas Antecipadas	158.500,96	78.333,22
ATIVO NÃO CIRCULANTE	78.309.373,21	63.903.961,15
Realizável a Longo Prazo	56.597.683,62	45.929.286,03
Operações de Crédito (Nota 4)	56.597.683,62	45.929.286,03
Empréstimos, Títulos Descontados e Financiamentos	58.571.396,31	47.110.219,82
(-) Provisão para operações de crédito	(1.973.712,69)	(1.180.933,79)
Investimentos (Nota 7)	12.338.431,47	9.664.517,64
Sicoob Planalto Central	12.338.431,47	9.664.517,64
Imobilizado de Uso (Nota 8)	9.352.246,12	8.283.223,36
Imobilizações de uso	11.206.362,99	9.555.306,51
(-) Depreciação acumulada	(1.854.116,87)	(1.272.083,15)
Intangível (Nota 9)	21.012,00	26.934,12
Ativos Intangíveis	59.221,59	59.221,59
(-) Amortização acumulada	(38.209,59)	(32.287,47)
TOTAL DO ATIVO	133.788.556,23	104.674.733,92

Demonstrações Contábeis

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE	94.044.398,86	22.190.688,01
Depósitos (Nota 10)	79.271.230,41	9.548.449,93
Depósitos à Vista	14.714.996,21	8.773.553,67
Depósitos a Prazo	64.556.234,20	774.896,26
Relações interdependências	-	4.774,23
Recursos em Trânsito de Terceiros	-	4.774,23
Obrigações por empréstimos (Nota 11)	12.202.228,18	10.163.235,44
Empréstimos no País - Sicoob Central DF	12.202.228,18	10.163.235,44
Outras Obrigações (Nota 12)	2.570.940,27	2.474.228,41
Cobrança e Arrecadação de Tributos e assemelhados	38.128,74	6.315,17
Sociais e Estatutárias	151.973,37	143.658,31
Fiscais e Previdenciárias	332.767,70	208.012,31
Diversas	2.048.070,46	2.116.242,62
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.838.131,52	48.287.088,23
Exigível a Longo Prazo	3.838.131,52	48.287.088,23
Depósitos a Prazo (Nota 10)	3.838.131,52	48.287.088,23
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	35.906.025,85	34.196.957,68
Capital Social	26.419.752,43	25.296.387,61
Cotas-Pais	26.650.124,55	25.384.377,32
(-) Capital a Realizar	(230.372,12)	(87.989,71)
Reservas	8.468.266,69	7.902.089,67
Reserva Legal	8.345.738,53	7.605.461,65
Reserva Estatutária	61.960,35	175.470,72
Reserva Expansão	60.567,81	121.157,30
Sobras ou Perdas Acumuladas	1.018.006,73	998.480,40
Sobras ou Perdas do Exercício	1.018.006,73	998.480,40
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	133.788.556,23	104.674.733,92

Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO 2º SEMESTRE DE 2017 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em reais)

Descrição	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Receitas da Intermediação Financeira (Nota 16)	11.887.786,63	22.674.589,82	19.332.405,39
Operações de Crédito	11.887.786,63	22.674.589,82	19.332.405,39
Despesas da Intermediação Financeira	(5.437.544,48)	(10.707.175,20)	(8.567.400,03)
Operações de Captação no Mercado (Nota 10)	(2.909.156,64)	(6.147.541,02)	(5.841.137,25)
Operações de empréstimos/ repasses	(473.383,00)	(1.032.011,86)	(1.008.719,74)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.055.004,84)	(3.527.622,32)	(1.717.543,04)
Resultado Bruto Intermediação Financeira	6.450.242,15	11.967.414,62	10.765.005,36
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(4.871.097,16)	(8.956.543,75)	(6.802.318,78)
Receitas Prestação de Serviços	197.315,44	338.397,04	157.595,77
Receitas Prestação de Serviços atos não cooperativos	554.333,09	830.254,73	307.893,53
Rendas de Tarifas Bancárias	578.293,22	1.079.508,22	741.001,65
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	-	-	268.922,19
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	1.328.288,17	3.154.489,77	2.393.397,51
Despesas de Pessoal	(3.925.619,43)	(7.524.261,22)	(5.871.776,85)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18)	(3.367.434,00)	(6.434.174,48)	(4.619.572,38)
Despesas Tributárias	(86.214,06)	(154.913,83)	(66.426,90)
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(150.059,59)	(245.843,98)	(113.353,30)
Resultado Operacional	1.579.144,99	3.010.870,87	3.962.686,58
Resultado não Operacional	18.650,53	75.110,73	29.508,33
Resultado Antes Tributação do Lucro e Participações	1.597.795,52	3.085.981,60	3.992.194,91
Imposto de Renda e Contribuição Social	(151.002,13)	(189.028,44)	-
Provisão para Imposto de Renda	(84.302,41)	(103.015,37)	-
Provisão para Contribuição Social	(66.699,72)	(86.013,07)	-
Sobras Brutas antes dos Juros ao Capital	1.446.793,39	2.896.953,16	3.992.194,91
Juros ao Capital (Nota 15)	(1.046.134,94)	(1.046.134,94)	(2.176.775,99)
Sobras Líquidas Antes das Destinações Estatutárias	400.658,45	1.850.818,22	1.815.418,92
Destinações Estatutárias (Fates/Reserva Legal)	-	(832.811,49)	(816.938,52)
Sobras Líquidas à Disposição da Assembleia	400.658,45	1.018.006,73	998.480,40

Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em reais)

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS		RESERVA DE EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
			FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E DIVULGAÇÃO	OUTRAS CAMPANHAS			
SALDOS EM 01/JAN/2016	21.603.435,23	6.879.294,08	47.386,04	83.198,70	268.387,93	1.105.773,51	29.987.475,49
Aumento/Baixa de Capital	2.955.952,38	-	-	-	-	-	2.955.952,38
Destinação autorizada Conf. AGO-2016	737.000,00	-	178.773,51	190.000,00	-	(1.105.773,51)	-
Utilização de reservas	-	-	(145.606,64)	(178.280,89)	(147.230,63)	-	(471.118,16)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	1.815.418,92	1.815.418,92
Destinações							
-Reserva Legal	-	726.167,57	-	-	-	(726.167,57)	-
-Fates	-	-	-	-	-	(90.770,95)	(90.770,95)
SALDOS EM 31/DEZ/2016	25.296.387,61	7.605.461,65	80.552,91	94.917,81	121.157,30	998.480,40	34.196.957,68
Mutações do Exercício	3.692.952,38	726.167,57	33.166,87	11.719,11	-	(107.293,11)	4.209.482,19
SALDOS EM 01/JAN/2017	25.296.387,61	7.605.461,65	80.552,91	94.917,81	121.157,30	998.480,40	34.196.957,68
Aumento/Baixa de Capital	394.190,46						394.190,46
Destinação autorizada Conf. AGO-2016			268.480,40			(268.480,40)	-
Incorporação de sobras ao capital	729.174,36					(729.174,36)	-
Cotas de capital a pagar						(825,64)	(825,64)
Utilização de reservas			(287.072,96)	(94.917,81)	(60.589,49)		(442.580,26)
Sobras do exercício						1.850.818,22	1.850.818,22
Destinações							
-Reserva Legal		740.276,88				(740.276,88)	-
-Fates						(92.534,61)	(92.534,61)
SALDOS EM 31/DEZ/2017	26.419.752,43	8.345.738,53	61.960,35	-	60.567,81	1.018.006,73	35.906.025,85
Mutações do Exercício	1.123.364,82	740.276,88	(18.592,56)	(94.917,81)	(60.589,49)	19.526,33	1.709.068,17

Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobras antes do imposto de renda e da contribuição social	2.039.846,66	1.815.418,92
Ajustes às sobras: (não afetaram o caixa)	4.239.578,56	2.159.976,72
Despesas de depreciação e amortização	645.389,20	351.197,61
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.527.622,32	1.717.543,04
Provisão para demandas judiciais	-	88.200,05
Baixa de imobilizado	66.567,04	3.036,02
Variações patrimoniais:	5.763.464,01	9.608.058,16
Relações interfinanceiras e interdependências	(4.774,23)	(6.724,63)
Operações de crédito	(20.759.643,63)	(12.979.755,26)
Outros créditos	(519.487,09)	230.998,36
Outros valores e bens	(80.596,36)	(24.052,00)
Depósitos	25.273.823,77	17.534.074,70
Obrigações por empréstimos e repasses	2.038.992,74	4.619.454,25
Outras obrigações	4.177,25	236.154,67
Imposto de renda e contribuição social pagos	(189.028,44)	(2.091,93)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	12.042.889,23	13.583.453,80
Fluxo de caixa das atividades de Investimento		
Aquisição de investimentos	(2.673.913,83)	(1.879.915,71)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.775.056,88)	(6.117.081,95)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4.448.970,71)	(7.996.997,66)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento/(redução) de capital	393.364,82	2.955.952,38
Constituição/(reversão) de reservas estatutárias	(442.580,26)	(471.118,16)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(49.215,44)	2.484.834,22
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E DE EQUIVALENTES DE CAIXA	7.544.703,08	8.071.290,36
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18.950.902,47	10.879.612,11
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2.c)	26.495.605,55	18.950.902,47
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.544.703,08	8.071.290,36



7. Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 31/12/2016

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CREDIEMBRAPA LTDA - SICOOB** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/07/1996, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS ECONOMIA CRÉDITO PLANALTO CENTRAL LTDA – SICOOB PLANALTO CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A Cooperativa tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- a) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- b) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- c) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Notas Explicativas

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstradas em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 31/01/2018.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de

Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 33 – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "Pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Notas Explicativas

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	2.885.315,29	1.476.683,43
Relações interfinanceiras - Centralização financeira	23.610.290,26	17.474.219,04
TOTAL	26.495.605,55	18.950.902,47

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "Pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB PLANALTO CENTRAL, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Notas Explicativas

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("Pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para

saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

Notas Explicativas

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para impairment de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

Os bens do ativo imobilizado objeto do teste de *impairment* estão sendo utilizados para atendimento operacional, contribuindo para geração de fluxo de caixa e a cooperativa não espera abandona-los ou aliena-los, após essa avaliação. Não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para obrigações por descontinuação ou redução do valor recuperável de ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2017.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

3. Relações interfinanceiras

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, os saldos em Relações Interfinanceiras estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	23.610.290,26	17.474.219,04

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, conforme art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

4. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	122.691,56	-	122.691,56	119.494,20
Empréstimos	26.384.078,46	56.466.108,97	82.850.187,43	65.624.860,91
Títulos Descontados	1.655.868,92	322,84	1.656.191,76	103.905,04
Financiamentos	1.318.171,87	2.104.964,50	3.423.136,37	3.609.469,50
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.737.139,63)	(1.973.712,69)	(3.710.852,32)	(2.348.396,16)
TOTAL	27.743.671,18	56.597.683,62	84.341.354,80	67.109.333,49

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	-	Normal	11.571.831,62	-	-	11.571.831,62		7.925.756,54	
A	0,5%	Normal	41.475.080,44	248.456,13	1.693.501,44	43.417.038,01	(217.085,21)	36.867.180,25	(184.335,94)
B	1%	Normal	16.636.388,22	1.139.514,30	931.456,14	18.707.358,66	(187.073,61)	16.340.752,83	(163.407,53)
B	1%	Vencidas	1.291.675,84	125,28	30.188,45	1.321.989,57	(13.219,92)	1.063.572,77	(10.635,73)
C	3%	Normal	5.517.983,52	473.890,94	259.534,48	6.251.408,94	(187.542,35)	2.932.321,97	(87.969,70)
C	3%	Vencidas	862.274,71	2.040,59	93.351,17	957.666,47	(28.730,06)	576.375,48	(17.291,30)
D	10%	Normal	1.614.762,59	189.084,85	96.033,02	1.899.880,46	(189.988,05)	1.059.984,43	(105.998,44)
D	10%	Vencidas	400.899,51	5.029,72	15.543,98	421.473,21	(42.147,32)	436.053,18	(43.605,32)
E	30%	Normal	103.668,61	19.997,23	57.635,32	181.301,16	(54.390,42)	76.243,61	(22.873,11)
E	30%	Vencidas	181.488,64	2.443,82	21.973,87	205.906,33	(61.771,98)	164.063,05	(49.218,95)
F	50%	Normal	167.539,53	29.948,72	-	197.488,25	(98.744,14)	66.314,58	(33.157,29)
F	50%	Vencidas	234.541,44	3.294,24	23.544,25	261.379,93	(130.689,98)	455.298,64	(227.649,32)
G	70%	Normal	104.051,26	10.048,03	-	114.099,29	(79.869,56)	22.578,34	(15.804,88)
G	70%	Vencidas	332.075,21	4.197,77	76.345,67	412.618,65	(288.833,15)	282.617,89	(197.832,56)
H	100%	Normal	335.291,50	63.295,91	499,11	399.086,52	(399.086,52)	224.827,17	(224.827,17)
H	100%	Vencidas	1.539.338,48	68.812,10	123.529,47	1.731.680,05	(1.731.680,05)	963.788,92	(963.788,92)
Total Normal			77.526.597,29	2.174.236,11	3.038.659,51	82.739.492,91	(1.413.779,86)	65.515.959,72	(838.374,06)
Total Vencidos			4.842.293,83	85.943,52	384.476,86	5.312.714,21	(2.297.072,46)	3.941.769,93	(1.510.022,10)
Total Geral			82.368.891,12	2.260.179,63	3.423.136,37	88.052.207,12	(3.710.852,32)	69.457.729,65	(2.348.396,16)
Provisões			(3.246.136,37)	(211.762,12)	(252.953,83)	(3.710.852,32)		(2.348.396,16)	
Total Líquido			79.122.754,75	2.048.417,51	3.170.182,54	84.341.354,80		67.109.333,49	

Notas Explicativas

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Crédito Pessoal	15.910,39	22.774,68	3.465,16	42.150,23
Financiamentos	433.474,05	884.697,82	2.104.964,50	3.423.136,37
Empréstimos	9.043.338,71	12.193.507,72	43.401.859,28	64.638.705,71
Operações renegociadas	1.224.694,89	1.746.364,00	13.060.784,53	16.031.843,42
Títulos Descontados	115.416,68	5.719,58	-	121.136,26
Cheques Descontados	1.282.416,27	252.316,39	322,84	1.535.055,50
TOTAL	12.115.250,99	15.105.380,19	58.571.396,31	85.792.027,49

(*) Este quadro não apresenta o saldo de adiantamento a depositante, cheque especial e conta garantida

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	383.725,60	9.159.032,47	1.651.272,56	11.194.030,63	13%
Pessoa Física	1.858.163,17	74.695.917,72	4.919,20	76.559.000,09	87%
Outros	18.290,86	280.885,54	-	299.176,40	0%
TOTAL	2.260.179,63	84.135.835,73	1.656.191,76	88.052.207,12	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	2.348.396,16	2.173.335,59
Transferência para Prejuízo	(1.865.591,32)	(1.370.180,65)
Constituições	3.228.047,48	1.545.241,22
Total	3.710.852,32	2.348.396,16

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	1.751.278,24	1,98%	1.052.154,68	1,51%
10 Maiores Devedores	7.738.658,93	8,74%	4.123.440,76	5,92%
50 Maiores Devedores	16.974.052,54	19,21%	11.739.334,38	16,87%

g) Operações renegociadas:

Em 31/12/2017, a cooperativa apresentou saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 16.031.843,42, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

5. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados	395.220,11	249.530,43
Rendas a Receber	145.798,98	228.988,50
Diversos	763.168,44	227.067,41
(-) Provisões para Outros Créditos	(255.535,45)	(176.421,35)
TOTAL	1.048.652,08	529.164,99

Notas Explicativas

6. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Material em Estoque	32.753,25	32.324,63
Despesas Antecipadas	158.500,96	78.333,22
TOTAL	191.254,21	110.657,85

Registram-se no grupo as despesas antecipadas referentes a prêmios de seguros, auxílio alimentação, auxílio transporte e contribuição sindical.

7. Investimentos

O saldo é representado por quotas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL**.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	12.338.431,47	9.664.517,64

8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	1.600.000,00	1.600.000,00	
Edificações	5.030.560,00	5.030.560,00	4%
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso - Edificações	(235.482,11)	(34.259,63)	
Instalações	1.377.747,78	523.355,23	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(184.727,36)	(65.881,08)	
Móveis e equipamentos de Uso	1.552.312,67	1.109.440,87	10%
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso	(435.506,68)	(361.466,92)	
Sistema de Comunicação	126.930,42	102.861,82	20%
Sistema de Processamento de Dados	1.168.964,67	1.009.912,23	10%
Sistema de Segurança	247.060,37	76.389,28	10%
Sistema de Transporte	102.787,08	102.787,08	20%
(-) Depreciação Acumulada - Outras Imobilizações de Uso	(998.400,72)	(810.475,52)	
TOTAL	9.352.246,12	8.283.223,36	

9. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Outros Ativos Intangíveis	59.221,59	59.221,59
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(38.209,59)	(32.287,47)
TOTAL	21.012,00	26.934,12

O valor registrado na rubrica "Intangível" refere-se a licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida do SICOOB CONFEDERAÇÃO.

Notas Explicativas

10. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixados. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de Pro-rata temporis; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	14.714.996,21	8.773.553,67
Depósito sob Aviso	166.509,75	155.891,40
Depósito a Prazo	68.227.855,97	48.906.093,09
TOTAL	83.109.361,93	57.835.538,16
Circulante	79.271.230,41	9.548.449,93
Não circulante	3.838.131,52	48.287.088,23

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos Principais Depositantes:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	12.308.135,29	15,15%	7.480.599,61	13,19%
10 Maiores Depositantes	23.056.078,53	28,39%	15.435.199,81	27,21%
50 Maiores Depositantes	42.779.540,78	52,65%	30.289.773,40	53,36%

Notas Explicativas

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(15.218,80)	(19.035,43)
Despesas de Depósitos a Prazo	(6.034.672,41)	(5.749.369,78)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(97.649,81)	(72.732,04)
TOTAL	(6.147.541,02)	(5.841.137,25)

11. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa central	12.202.228,18	10.163.235,44

12. Outras Obrigações

Descrição	2017	2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	38.128,74	6.315,17
Sociais e Estatutárias	151.973,37	143.658,31
Fiscais e Previdenciárias	332.767,70	208.012,31
Diversas	2.048.070,46	2.116.242,62
TOTAL	2.570.940,27	2.474.228,41

12.1. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fates – Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social	92.534,61	90.770,95
Cotas de Capital a Pagar	59.438,76	52.887,36
TOTAL	151.973,37	143.658,31

a) O Fates é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

Notas Explicativas

12.2. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	130.992,87	-
Impostos e Contribuições a Recolher	201.774,83	208.012,31
TOTAL	332.767,70	208.012,31

a) A provisão para impostos e contribuições sobre Lucros refere-se ao IRPJ e CSLL apurados sobre o resultado de atos com não associados (atos não cooperativos).

12.3. Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	78.006,13	151.405,31
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	44.943,29	14.626,73
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.313.777,37	1.451.704,56
Provisão para Demandas Judiciais (Nota 26)	116.891,12	127.821,77
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	145.849,97	-
Credores Diversos – País	348.602,58	370.684,25
TOTAL	2.048.070,46	2.116.242,62

a) As principais provisões para pagamentos a efetuar referem-se a despesas de pessoal (R\$ 650.915,49) e Seguro Prestamista (R\$ 609.757,29).

b) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas refere-se à contabilização da provisão apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Até 31 de dezembro de 2016, esta provisão vinha sendo contabilizada na rubrica 4.9.9.35.00-2 – “Provisão para Contingências” (vide Nota 26) tendo sido reclassificada para a conta 4.9.9.45.00-9 a partir de janeiro de 2017, conforme determina o § 3º, do artigo 6º, da Resolução CMN nº 4.512/2016.

13. Instrumentos financeiros

A cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	26.419.752,43	25.296.387,61
Quantidade de Associados	8.166	5.817

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva Estatutária

i. Fundo de Desenvolvimento e Divulgação

Em 2017 houve um aporte de R\$ 268.480,40 (R\$ 178.773,51 em 2016) e gastos de R\$ 287.072,96 (R\$ 80.552,91 em 2016), tendo o fundo encerrado o ano de 2017 com um saldo de R\$ 61.960,35.

ii. Campanhas Semente da Sorte

Em 2017 houve gastos de R\$ 94.917,81, resultando na utilização total do saldo do fundo.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. As sobras líquidas dos exercícios, foram assim constituídas:

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobras do 1º Semestre	404.024,83	1.140.003,00
Sobras do 2º Semestre	1.446.793,39	675.415,92
Total das Sobras brutas do Exercício	1.850.818,22	1.815.418,92
Destinação para o Fates	(92.534,61)	(90.770,95)
Destinação para Reserva Legal	(740.276,88)	(726.167,57)
Total das Destinações	(832.811,49)	(816.938,52)
Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício	1.018.006,73	998.480,40

15. Provisão de Juros ao Capital

A cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme circular BACEN nº 2.739/1997.

16. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	73.255,78	19.734,05
Rendas de Empréstimos	21.267.121,98	18.247.314,98
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	82.733,57	49.050,59
Rendas de Financiamentos	793.471,32	730.476,50
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	458.007,17	286.216,61
TOTAL	22.674.589,82	19.332.792,73

17. Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ingressos de depósitos intercooperativos	1.955.124,33	2.274.360,63
Outras rendas operacionais	740.089,50	86.078,09
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	329.847,81	8.199,29
Recuperação de encargos e despesas	129.428,13	24.759,50
TOTAL	3.154.489,77	2.401.596,80

Notas Explicativas

18. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2017	2016
Despesas de água energia e gás	(92.173,81)	(50.192,34)
Despesas de alugueis	(433.701,17)	(356.363,28)
Despesas de comunicações	(285.027,12)	(197.269,98)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(253.106,05)	(163.483,30)
Despesas de material	(58.484,36)	(49.756,43)
Despesas de processamento de dados	(739.390,91)	(496.101,10)
Despesas de promoções e relações públicas	(30.886,83)	(4.546,76)
Despesas de propaganda e publicidade	(27.093,13)	(28.821,75)
Despesas de seguros	(63.277,29)	(46.320,38)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(1.357.128,40)	(984.365,42)
Despesas de serviços de terceiros	(191.806,86)	(94.102,45)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(237.682,76)	(117.693,59)
Despesas de serviços técnicos especializados	(196.985,65)	(109.270,10)
Despesas de transporte	(208.979,71)	(142.728,48)
Outras despesas administrativas	(481.237,44)	(448.044,81)
Rateio de despesas da Central	(1.131.823,79)	(979.314,60)
Despesas de amortização	(5.922,12)	(34.452,27)
Despesas de depreciação	(639.467,08)	(316.745,34)
TOTAL	(6.434.174,48)	(4.619.572,38)

19. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Garantias Financeiras Prestadas	(92.296,43)	(20.892,40)
Descontos Concedidos em Renegociações	(4.568,95)	-
Outras Despesas Operacionais	(80.477,17)	(25.153,25)
Outras	(68.501,43)	(67.307,65)
TOTAL	(245.843,98)	(113.353,30)

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Notas Explicativas

Montante das operações ativas e passivas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Crédito	87.990,53	143.153,14
Depósitos a Vista e a prazo	3.248.035,02	2.434.526,85
Capital Social	406.948,87	600.174,81

A remuneração paga pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente a honorários da diretoria, às cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos sociais, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Honorários	979.974,01	440.169,22
Encargos Sociais	56.575,56	24.597,47
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	937,00	-
TOTAL	1.037.486,57	464.766,69

21. Cooperativa Central

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CREDIEMBRAPA LTDA – SICOOB, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS ECONOMIA CRÉDITO PLANALTO CENTRAL LTDA - SICOOB PLANALTO CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB PLANALTO CENTRAL é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A Cooperativa responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB PLANALTO CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Notas Explicativas

Saldos das transações da cooperativa com o **SICOOB PLANALTO CENTRAL**:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Centralização Financeira	23.610.290,26	17.474.219,04
Investimentos	12.338.431,47	9.664.517,64
Passivo		
Obrigação por Empréstimos e Repasses	12.202.228,18	10.163.235,44

Os auditores independentes responsáveis pelo exame das demonstrações contábeis do **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitiram relatório de auditoria datado de 16 de fevereiro de 2018, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

22. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Riscos e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

22.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Notas Explicativas

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, **SICOOB** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, **SICOOB** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

22.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **SICOOB** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Notas Explicativas

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

22.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

23. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 6.991.772,55, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

Notas Explicativas

24. Seguros contratados (não auditado)

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência	29.175.983,90	29.968.882,41
Ativos Ponderados por Risco – RWA	94.830.302,29	77.018.643,00
PR Mínimo Requerido para – RWA	9.957.181,74	8.086.957,52
PR Nível I Mínimo Requerido para – RWA	8.060.575,69	6.546.584,66
Capital Principal Mínimo Requerido para – RWA	6.638.121,16	5.391.305,01
Índice de Basileia	19.218.802,16	21.881.924,90

26. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Outros	116.891,12	-	67.307,65	-
Provisão para Garantias Prestadas (Nota 12.3)	-	-	60.514,12	-
TOTAL	116.891,12	-	127.821,77	

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDIEMBRAPA**, existem processos judiciais cíveis e trabalhistas nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 72.514,95.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2017

Carlos Henrique Simões Ayres
Diretor - Presidente

Silvia Regina Alves da Silva
Diretora Administrativa Financeira

Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC-DF 7534



8. Pareceres



PARECER DO CONSELHO FISCAL DO SICOOB CREDIEMBRAPA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ALUSIVAS AO PRIMEIRO E SEGUNDO SEMESTRES DE 2017.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Crediembrapa Ltda. - Sicoob e de conformidade com as atribuições legais, conferidas pelo Estatuto Social, procedemos à análise das Demonstrações Contábeis Exercícios Findos em 2016 e 2017, compreendidas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria Independente elaborado por CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, em 27 de fevereiro de 2018, e nas averiguações mensais periódicas efetuadas por este Confis, entende que os documentos acima citados refletem de forma adequada a situação patrimonial e financeira do SICOOB Crediembrapa, bem como suas atividades realizadas no ano de 2017. Assim, somos favoráveis e recomendamos a aprovação das contas referentes ao exercício de 2017, pela Assembleia Geral Ordinária. Brasília-DF, 2 de março de 2018. Conselheiros titulares: Luiz Antônio Teston, Maria Viana de Almeida e Cleuber Oliveira e o suplente: Waldir Marques Giusti, Adélio Gonçalves Martins e Cássio Costa da Silva Curi. **1. Análise do Relatório de Auditoria:** este conselho analisou o Relatório de Auditoria Independente elaborado por CNAC – Confederação de Auditoria Cooperativa em 27 de fevereiro de 2018, sobre as Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 2017, no qual



consta a "opinião" de adequabilidade das Demonstrações Contábeis, ou seja, sem Ressalvas. **2. Encerramento:** Como mais nada de relevante houvesse a tratar, foi encerrada a reunião, lavrada a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos conselheiros presentes.

Brasília-DF, 2 de março de 2018.

Luiz Antônio Teston – Presidente

Cleuber Oliveira - Conselheiro Titular

Maria Viana de Almeida - Conselheira Titular

Adélio Gonçalves Martins - Conselheiro Suplente

Waldir Marques Giusti - Conselheiro Suplente

Cassio Costa da Silva Curi – Conselheiro Suplente

Audidores Independentes

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Crediembrapa Ltda. – Sicoob Brasília/DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Crediembrapa Ltda. – Sicoob, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Crediembrapa – Sicoob em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Crediembrapa – Sicoob para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 21 de fevereiro de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Auditores Independentes

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Confederação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Audidores Independentes

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Audidores Independentes

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2018.



Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727